



SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA BAHIA (SEBRAE/BA)

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

CARGO 8

ANALISTA TÉCNICO I GESTÃO FINANCEIRA

CADERNO DE PROVAS – PARTE II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

REDAÇÃO

(MANHÃ)

ATENÇÃO!

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos** e a prova de **Redação**, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional, confira inicialmente os seus dados pessoais, o número e o nome de seu cargo transcritos acima; em seguida, confira, no rodapé de cada página numerada deste caderno e na **folha de respostas**, o seu nome e os dados do seu cargo (número e nome).

AGENDA (datas prováveis)

- I **2/12/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **3 e 4/12/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **30/12/2008** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova de redação: Internet.
- IV **31/12/2008 e 2/1/2009** – Recursos (prova de redação): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **27/1/2009** – Resultado final da prova de redação e convocação para a perícia médica: Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 2 - SEBRAE/BA, de 19/9/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **51 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação aos princípios fundamentais da Contabilidade, julgue os itens a seguir.

- 51 Para atender à premissa básica de que, no balanço patrimonial, os elementos patrimoniais devem facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira das entidades, as contas devem ser listadas no passivo em ordem crescente de exigibilidade.
- 52 Entre as funções da contabilidade, a de orientação é a mais importante, pois o objetivo final do processo contábil é a prestação de informações úteis aos agentes interessados.
- 53 Os princípios contábeis da continuidade e da competência, embora tratem ambos de questões temporais, não têm relação entre si.
- 54 O princípio da entidade é incompatível com o campo de atuação da contabilidade pública, tendo em vista que o patrimônio público não pode estar integralmente associado a um órgão específico.
- 55 O aspecto qualitativo do objeto de estudo da contabilidade deve ser entendido como a análise da natureza dos elementos que compõem o patrimônio.

Em relação aos diversos aspectos do patrimônio, julgue os itens seguintes.

- 56 De acordo com a teoria patrimonialista das contas, os agentes consignatários representam os direitos e obrigações da entidade perante terceiros.
- 57 Se um empregado de determinada empresa foi transferido para trabalhar em outra filial da mesma empresa, na mesma cidade, a decisão dessa transferência, mesmo quando tomada pelos administradores principais da entidade, não pode ser considerada evento econômico.
- 58 Os bens de uso comum, tal como definidos no novo Código Civil brasileiro, não são passíveis de apropriação contábil, ainda que se trate da contabilidade de um órgão público.
- 59 Uma entidade se encontra com o passivo a descoberto quando a sua equação patrimonial aponta uma situação líquida negativa.
- 60 Considere que determinada empresa tenha o ciclo operacional fixado em vinte e quatro meses, em decorrência das características próprias da sua atividade econômica, embora o seu exercício social corresponda ao ano civil. Nesse caso, no encerramento de um exercício que coincidiu com o final de um ciclo operacional, uma duplicata que essa empresa tenha a receber após quatorze meses deve ser classificada no grupo realizável a longo prazo.

Com relação a fatos contábeis e o seu registro, julgue os itens subsequentes.

- 61 A escrituração resumida ou sintética do diário é admitida, desde que as operações abrangidas pelo resumo estejam integralmente dentro do exercício financeiro e que haja escrituração analítica lançada em registros auxiliares.
- 62 No caso de escrituração descentralizada, cada filial da empresa poderá autenticar os instrumentos de escrituração respectivos na junta comercial da unidade da Federação em que estiver localizada.
- 63 Se a conta patrimonial de lucros e prejuízos acumulados de determinada empresa tem um saldo credor, então, quando um prejuízo for apurado ao final do exercício, o saldo dessa conta deve ser aumentado.
- 64 Embora a legislação tributária exija alguns livros contábeis em circunstâncias específicas, os únicos livros exigidos pelo novo Código Civil brasileiro para todas as entidades obrigadas a seguir um sistema de contabilidade são o diário e o razão.
- 65 O valor do imposto sobre produtos industrializados (IPI), quando recuperável, pode não integrar as contas de resultado.

A respeito dos demonstrativos contábeis, julgue os seguintes itens.

- 66 Os valores relativos a receitas antecipadas por conta de produtos ou serviços a serem concluídos em exercícios futuros não podem ser demonstrados, no balanço patrimonial, em contas retificadoras de ativo.
- 67 Na demonstração das origens e aplicações dos recursos (DOAR), o valor das operações da entidade deve ser retificado por valores que não geraram movimentação de numerário ou não afetaram o capital circulante.
- 68 O resultado líquido que serve de base para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, se for positivo, deve também ser aplicado para o cálculo das participações estatutárias.
- 69 Devem ser incluídos na demonstração do resultado as receitas e os ganhos do período, independentemente de seu recebimento, e as despesas, custos, encargos e perdas efetivamente pagos, independentemente do período a que se referem.
- 70 No âmbito das entidades públicas, o balanço patrimonial deve incluir os grupos de ativo e passivo compensado, integrado por valores que, embora não integrem o patrimônio público no momento de seu registro, podem vir a modificá-lo no futuro.

Em relação aos procedimentos de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 71 O pedido de circularização negativo é utilizado quando, no pedido de resposta da fonte externa, não são identificados os valores a serem confirmados, ficando a informação a critério da fonte.
- 72 O que determina se o auditor cumpriu as normas de auditoria das demonstrações contábeis é a adequação dos procedimentos de auditoria e do seu parecer. A descoberta posterior de fraudes ou erros não refletidos ou não corrigidos, durante o período coberto pelo parecer, não corresponde ao descumprimento das normas.
- 73 No âmbito das entidades públicas, a auditoria contábil tem por objetivo o exame dos registros e documentos e a coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto.

Julgue os itens que se seguem, acerca de matemática financeira.

- 74 Pelas características do sistema de juros simples, dois ou mais conjuntos de capitais são equivalentes, com relação a determinada taxa de juro, se, definida uma data para análise, as somas dos valores desses conjuntos forem iguais em qualquer data.
- 75 Considere que uma pessoa faça três investimentos, todos colocados sob regime de juros comerciais simples de 20% ao ano, sendo o valor de R\$ 3.000,00 aplicado por 15 dias; R\$ 10.000,00 aplicados por 10 dias; e R\$ 4.800,00 aplicados por 25 dias. Nessa situação, a soma dos juros a receber pelas três aplicações é superior a R\$ 150,00.
- 76 Considere que uma empresa tenha contraído um empréstimo no valor de R\$ 250.000,00 e pretenda quitá-lo seis meses antes da data de vencimento. Nesse caso, sabendo que a instituição financeira credora concordou em conceder um desconto à taxa de juros composta de 2% ao mês e tomando 1,13 como valor aproximado de $1,02^6$, o valor que a empresa deve pagar será inferior a R\$ 222.000,00.
- 77 Um investidor aplicará em determinado mês a quantia de R\$ 4.000,00 e, nos meses seguintes, valores decrescentes reduzidos de R\$ 500,00, sendo de R\$ 2.000,00 o último valor aplicado. Sabendo-se que a taxa de juros compostos que remunera as aplicações é de 5% ao mês e considerando 1,16 e 1,22 como valores aproximados de $1,05^3$ e $1,05^4$, respectivamente, o valor total dos juros dessa renda antecipada é superior a R\$ 1.550,00.
- 78 Considere a hipótese de um financiamento imobiliário de R\$ 100.000,00, que deve ser pago em 72 prestações mensais, pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), sendo a taxa de juros de 1% ao mês. Nesse caso, sabendo que a instituição financeira exige uma renda familiar mínima para contratação três vezes superior à maior prestação prevista para o financiamento, um candidato cuja renda familiar for R\$ 7.000,00 poderá habilitar-se ao contrato.
- 79 O objetivo do cálculo do valor presente líquido, como método de avaliação de investimentos, é verificar se o somatório dos valores presentes dos fluxos de caixa esperados, com base no custo de capital existente, supera o valor presente do fluxo de caixa do investimento como um todo.
- 80 Sabendo que o índice de custo-benefício dos investimentos corresponde à relação entre o valor presente dos benefícios obtidos com o projeto e o valor presente dos seus custos, é correto afirmar que um projeto que apresenta índice de custo-benefício de 1,46 é viável.

Julgue os itens a seguir, quanto ao sistema de pagamento brasileiro e ao mercado de câmbio.

- 81 Nos sistemas que forem capazes de oferecer risco à solidez e ao funcionamento normal do sistema financeiro, as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação assumirão, em relação a cada participante, a posição de parte contratante e responderão pelo adimplemento das obrigações originárias do emissor.
- 82 As agências de turismo podem manter conta de movimentação em moeda estrangeira em banco autorizado a operar no mercado de câmbio no Brasil.

RASCUNHO

Com relação ao orçamento-programa, julgue os próximos itens.

- 83** O orçamento de base zero é aquele em que as receitas e despesas não financeiras se igualam, não havendo, portanto, *deficit* nem *superavit* operacional.
- 84** O controle da execução orçamentária, feito após o encerramento do exercício, tem por objetivo subsidiar o planejamento dos orçamentos subseqüentes.
- 85** Se uma receita está vinculada por lei a determinado tipo de gasto e se uma parcela da sua arrecadação não for utilizada até o final do exercício, a vinculação se perde, tendo em vista que o recurso integrará o *superavit* financeiro do exercício.
- 86** A soma das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e outras, de qualquer natureza, não pode ultrapassar o montante das despesas de capital.
- 87** Considere que um crédito especial tenha sido aberto no dia 10 de outubro de determinado exercício e que, em decorrência de dificuldades relacionadas com os processos de licitação, os recursos correspondentes não foram integralmente utilizados até o dia 31 de dezembro. Nesse caso, o crédito poderá ser reaberto no exercício seguinte, no limite do saldo remanescente.
- 88** Se um parlamentar apresentar emenda ao projeto de lei orçamentária, determinando a construção de uma escola pública em um município do seu estado, de acordo com o princípio orçamentário da exclusividade, essa emenda deve ser rejeitada.
- 89** Se a dotação orçamentária destinada ao pagamento das despesas de pessoal de determinado órgão público mostrar-se insuficiente durante o exercício financeiro, ela poderá ser acrescida no montante necessário por meio de crédito adicional que, no entanto, não poderá usar, como fonte de recursos, o cancelamento de dotações da reserva de contingência.

A respeito da legislação e dos documentos referentes aos impostos federais, julgue os itens a seguir.

- 90** O ato de utilizar programa de processamento de dados que contenha informação contábil diversa daquela que é fornecida à Fazenda Pública, também conhecido como caixa dois, constitui crime punível com detenção de seis meses a dois anos e multa.
- 91** O produto do trabalho manual realizado por pessoa natural que não conta com o auxílio de terceiros assalariados não é considerado industrializado, para efeito da aplicação do imposto sobre produtos industrializados (IPI).
- 92** Em caso de devolução do selo de controle relativo ao IPI, o número de série e a quantidade de selos devolvidos devem ser relacionados em anexo no mesmo guia de fornecimento de selos que os originou.
- 93** Embora os tributos somente possam ser instituídos ou extintos por lei, os tratados e convenções internacionais podem revogar ou modificar a legislação tributária interna.
- 94** Se um comerciante incluiu no preço do produto vendido um valor referente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) maior que o previsto na legislação pertinente e recolheu aos cofres públicos o valor superestimado, não poderá requerer a restituição da diferença a maior, exceto se for expressamente autorizado pelo cliente que comprou o produto.

95 Se um dos cônjuges receber rendimentos provenientes de bens com cláusula de inalienabilidade ou inalienabilidade, o casal não poderá optar pela tributação em conjunto dos seus rendimentos.

96 A diferença entre imunidade e isenção tributária é que, no primeiro caso, o imposto nem sequer pode ser instituído, enquanto a isenção se refere às situações em que o ente da Federação que tem competência constitucional para instituir o imposto abstém-se de fazê-lo.

Acerca de legislação previdenciária, julgue os itens seguintes.

97 A proibição que a Constituição Federal impõe aos entes da Federação de instituir impostos sobre templos de qualquer culto não impede a União de considerar essas instituições contribuintes do PIS/PASEP incidente sobre a folha de salários.

98 A compensação financeira devida pelo regime geral de Previdência Social aos regimes próprios de previdência social dos servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios será calculada exclusivamente com base na renda mensal inicial do benefício concedido segundo as normas do regime geral de Previdência Social.

99 O empregado que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular estrangeira não pode ser considerado segurado da Previdência Social.

100 As gorjetas e comissões pagas aos empregados a título de ganhos habituais integram a base de cálculo da contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social.

Com relação à Constituição Federal (CF) e à legislação aplicável às micro e pequenas empresas no Brasil, julgue os itens a seguir.

101 A CF, no tocante ao tratamento diferenciado que deve ser dispensado às micro e pequenas empresas, menciona as três esferas da administração e se refere a três tipos de discriminação: eliminação, redução e simplificação de obrigações.

102 Considerando que uma empresa apresentou, relativamente ao ano-calendário, a relação de contas a seguir, é correto afirmar que, pelo critério do limite da receita bruta, tal empresa poderá enquadrar-se na condição de microempresa.

conta	valor (em R\$)
vendas de bens	280.000
descontos comerciais sobre vendas	10.000
descontos financeiros a clientes	5.000
abatimentos	5.000
vendas anuladas	20.000

103 A distribuição de lucros aos sócios da microempresa ou empresa de pequeno porte não está sujeita à incidência do imposto de renda, independentemente de limites, quando o valor de tais lucros puder ser demonstrado mediante escrituração contábil.

104 Atualmente, é objeto de contestação judicial a dispensa de pagamento, por parte das micro e pequenas empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, das contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

105 As empresas de assessoria e consultoria podem ingressar no SIMPLES Nacional efetuando o recolhimento unificado de tributos e contribuições, desde que não se dediquem a outras atividades.

A respeito da realidade e da situação atual das microempresas (ME) e das empresas de pequeno porte (EPP), julgue os itens de 106 a 111.

106 O conceito de pessoas ocupadas abrange não só os empregados de uma empresa, mas também os seus proprietários. Há um expressivo número de microunidades empresariais que não têm empregados, mas contribuem para gerar renda para seus proprietários.

107 A chamada *home office* apresenta vantagens e desvantagens. Entre as vantagens estão incluídas a manutenção de privacidade pessoal, a facilidade para dosar a carga de trabalho e a fácil sucessão, nos casos de transição.

108 O SEBRAE, ao atuar em arranjos produtivos locais, tem por objetivo promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios. Tais arranjos se caracterizam pela concentração, em um espaço geográfico heterogêneo, de empresas que operem em atividades diversificadas, e mantenham vínculos com outras aglomerações do mesmo tipo.

109 As pesquisas mais recentes do IBGE sobre a economia informal urbana, em parceria com o SEBRAE, revelaram, surpreendentemente, que a maior parte das empresas mantém escritório contábil, possui constituição jurídica e tem licença municipal ou estadual.

110 A adoção da contabilidade simplificada não dispensa a obediência às normas brasileiras de contabilidade. Nesse sentido, embora as receitas devam ser escrituradas com base no regime de competência, se houver opção pelo pagamento dos tributos com base na receita recebida, as micro e pequenas empresas deverão efetuar ajustes a partir dos valores contabilizados, com o intuito de calcular os valores a serem recolhidos.

111 As micro e pequenas empresas deverão elaborar e transcrever o balanço patrimonial e a demonstração do resultado, que terão de ser assinados por profissional habilitado e registrado.

Com relação às políticas públicas e especialmente o apoio às ME e EPP, em particular no que se refere às exportações, julgue os próximos itens.

112 O microcrédito produtivo orientado é destinado a pessoas físicas e jurídicas com atividades de pequeno porte, que terão acompanhamento e receberão orientação durante o período do contrato. O objetivo é estabelecer um relacionamento direto com os empreendedores em cada local onde se desenvolva a atividade.

113 Entre as instituições autorizadas a operar no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), encontram-se as organizações da sociedade civil de interesse público, que são pessoas jurídicas de direito público e natureza comercial especialmente qualificadas para o repasse dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

114 O Conselho Monetário Nacional (CMN) é a instância responsável pela regulamentação do direcionamento obrigatório de parcela dos depósitos a vista dos bancos comerciais para os microempreendedores. Entre outros critérios, o CMN fixará a taxa de juros mínima para os tomadores de recursos e o prazo máximo das operações.

115 Os bancos comerciais que não aplicarem os recursos mínimos calculados sobre os depósitos a vista em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores não poderão aplicá-los em outras operações ou para outros tomadores de recursos a taxas superiores às que seriam utilizadas nas operações destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores.

116 As pessoas jurídicas em geral que exportarem, com ou sem cobertura cambial, até o valor equivalente a US\$ 50,000.00, poderão utilizar, no despacho aduaneiro de bens, a declaração simplificada de exportação.

117 O registro legal de uma empresa é feito na junta comercial do estado ou no cartório de registro de pessoas jurídicas. O contrato social, que identifica o objeto da empresa, para ser válido, deve ter o visto de um advogado, exigência, todavia, dispensada para as microempresas e pequenas empresas.

118 O SIMPLES Nacional, instituído com a Lei Geral das Microempresas, de 2006, mas que só entrou em vigor em 1.º de julho de 2007, substituiu o SIMPLES Federal, de 1996, e constitui um tratamento tributário favorecido e diferenciado, aplicável às micro e pequenas empresas.

119 As ME e EPP que optarem pelo SIMPLES Nacional, mesmo escriturando os livros diário e razão, não estarão dispensadas do livro caixa, do qual deverá constar toda a sua movimentação financeira e bancária.

120 As dúvidas quanto à interpretação da legislação sobre o SIMPLES Nacional podem ser solucionadas mediante consulta a qualquer ente da Federação, que tem competência para se manifestar acerca dos tributos devidos pela ME ou EPP, respeitado o critério do domicílio fiscal do contribuinte, isto é, o(s) município(s) do(s) respectivo(s) estabelecimento(s).

PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DE REDAÇÃO**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

A administração de uma entidade entende que determinada lei federal, que alterou a alíquota de um tributo ou introduziu um novo tributo, é inconstitucional. Por conta desse entendimento, ela, por intermédio de seu advogado, entrou com uma ação alegando a inconstitucionalidade da lei. Nesse caso, existe uma obrigação a pagar à União, que deve estar registrada, inclusive juros e outros encargos, se aplicável, pois estes últimos têm a característica de uma provisão derivada de apropriações por competência.

Em uma etapa posterior, o advogado comunicou que a ação fora julgada procedente em determinada instância e que ele julga como provável o ganho de causa em definitivo, embora ainda caiba recurso por parte do credor (a União).

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) – NPC 22, Anexo I, Item 4.a. (com adaptações)

A propósito do caso acima descrito, na condição de gestor contábil, redija um texto dissertativo que contemple, necessariamente, as seguintes determinações:

- ▶ apresente a distinção entre obrigação legal, provisão e contingência passiva;
- ▶ avalie os riscos ou incertezas pertinentes;
- ▶ informe quais seriam os efeitos da aplicação do princípio da objetividade para o caso descrito.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

